

Maria Cecilia de Araujo Asperti

# Recursos Repetitivos e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

---

Uma análise da perspectiva

participação no processo

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 by Maria Cecilia de Araujo Asperti

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

AS839r

Asperti, Maria Cecilia de Araujo.

Recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas : uma  
análise da perspectiva do acesso à justiça e da participação no processo / Maria  
Cecilia de Araujo Asperti. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

512 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 311-328.

ISBN 978-85-519-1081-8

1. Direito Processual Civil. 2. Acesso à Justiça. 3. Incidente de Resolução de  
Demandas Repetitivas. 4. Recurso Especial. 5. Litfício. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>V</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>XI</b>
<b>Índice de Gráficos.....</b>	<b>XIII</b>
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas.....</b>	<b>XV</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>XVII</b>
<b>Prefácio.....</b>	<b>XIX</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>

## PARTE I

### Acesso à Justiça e o Processo na Atualidade

<b>1. “Acesso à Justiça” e Litigiosidade Repetitiva nas Reformas Processuais .....</b>	<b>9</b>
1.1. Discursos, agendas e significados .....	9
1.2. Discussões acadêmicas e apropriação legislativa do tema “acesso à justiça” .....	10
1.3. Litigiosidade e litigiosidade repetitiva .....	18
1.4. Prevalência da eficiência e da segurança jurídica sobre o acesso à justiça .....	24
1.5. Litigiosidade repetitiva como problema e acesso à justiça como causa .....	31
<b>2. Ainda Faz Sentido Falar em Acesso à Justiça? .....</b>	<b>37</b>
2.1. Uma agenda ultrapassada? .....	37
2.2. Acesso à justiça enquanto perspectiva metodológica .....	38
2.3. Acesso à justiça como direito social .....	44
2.3.1. Fronteiras dinâmicas da injustiça e distribuição do acesso .....	44
2.3.2. Desigualdade no acesso e na justiça que se acessa .....	46
2.4. Litigantes repetitivos, ocasionais e os ausentes .....	51
<b>Síntese conclusiva da Parte I.....</b>	<b>69</b>

## PARTE II

### Participação e Representatividade no Processo Civil

<b>3. Participação e Representatividade no Processo Civil .....</b>	<b>75</b>
3.1. Participação no processo e acesso à justiça .....	75
3.1.1. Participação e distributividade no processo civil.....	75
3.1.2. Devido processo legal e o direito de participar no processo.....	78
3.1.3. Excepcionalidade da mitigação da participação no processo .....	86
3.2. Participação e representatividade no processo civil .....	98
3.2.1. Representação e substituição processual .....	98
3.2.2. Representatividade adequada no processo coletivo .....	101
Síntese conclusiva da Parte II.....	110

## PARTE III

### Acesso à Justiça e Técnicas de Julgamento de Casos Repetitivos

<b>4. Participação e Representatividade nas Técnicas de Julgamento de Casos Repetitivos.....</b>	<b>115</b>
4.1. Técnicas de julgamento de casos repetitivos .....	115
4.1.1. Diferentes racionalidades processuais relacionadas a “casos repetitivos” .....	115
4.1.2. Julgamento por amostragem x Técnica processual objetiva .....	117
4.1.3. “Casos repetitivos” ou “questões repetitivas”? .....	129
4.2. Decisão proferida no julgamento de casos repetitivos e seus efeitos ...	136
4.2.1. A tese jurídica é um precedente? .....	136
4.2.2. Aproximações com a issue preclusion da common law .....	148
4.2.3. Participação e efeitos da tese jurídica .....	155
4.3. Dilemas da participação nas técnicas de julgamento de casos repetitivos.....	158
4.3.1. Disparidade entre litigantes repetitivos e ocasionais.....	158
4.3.2. Representatividade dos “litigantes-sombra” .....	162
4.4. Participação na instauração do procedimento .....	172
4.4.1. Escolha do caso paradigma nos recursos repetitivos .....	173
4.4.1.1. Critérios para afetação do recurso representativo da controvérsia.....	173
4.4.1.2. Desistência do recorrente como estratégia do litigante habitual .....	180
4.4.2. Instauração e admissibilidade do IRDR.....	184
4.4.2.1. Caso originário e iniciativa de instauração do IRDR .....	184

4.4.2.2. Desistência da parte/recorrente e a atuação do Ministério Público..	191
4.5. Sobrestamento de processos .....	193
4.6. Há uma efetiva possibilidade de “distinguishing”? .....	199
4.7. Participação no julgamento do recurso repetitivo e do IRDR.....	201
4.7.1 Partes do caso paradigma: representatividade adequada? .....	201
4.7.2. Demais interessados (“sobrestados” e “ausentes”) .....	206
4.7.3. Ministério Público e Defensoria Pública .....	212
4.7.4. Amicus Curiae .....	214
4.7.5. Audiência Pública .....	222
4.8. Recorribilidade das decisões proferidas no incidente ou no recurso repetitivo .....	232
4.9. Revisão da tese jurídica (“overruling”) .....	235
<b>5. Litigantes Repetitivos e Ocasionais no STJ.....</b>	<b>239</b>
5.1. Estudo empírico-jurisprudencial: objetivo e metodologia .....	239
5.2. Recursos representativos da controvérsia por tribunais de origem .....	241
5.3. Partes (recorrente e recorrido) .....	244
5.4. Questão submetida a julgamento e teses firmadas por área do Direito .....	248
5.5. Tempo de tramitação entre a afetação e o trânsito em julgado .....	253
5.6. Formação da tese jurídica e favorecimento de litigantes habituais ou ocasionais .....	253
5.7. Considerações sobre a análise empírico-jurisprudencial .....	257
<b>6. Participação e Representatividade no Recurso Especial Repetitivo: Um Estudo de Caso .....</b>	<b>259</b>
6.1. Estudo de caso: objetivos e metodologia .....	259
6.2. O caso do sistema de scoring de crédito.....	261
6.2.1. Descrição do caso .....	261
6.2.2. Partes, seus representantes e principais alegações deduzidas .....	262
6.2.3. Provas e decisões proferidas nos casos paradigma .....	271
6.2.4. Escolha do Recurso representativo da controvérsia e sobrestamento.....	279
6.2.5. Amicus Curiae .....	282
6.2.6. Ministério Público e Defensoria Pública .....	283
6.2.7. Participação de “sobrestados” e de “ausentes” .....	283
6.2.8. Audiência Pública .....	284
6.2.9. Julgamento, fundamentação e tese jurídica .....	294

6.3. Considerações sobre o estudo de caso .....	298
<b>Conclusão.....</b>	<b>303</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>311</b>
<b>Anexo – Relação dos temas julgados pelo STJ analisados no estudo empírico-jurisprudencial .....</b>	<b>329</b>